**IDENTIDADE PESSOAL EM QUESTÃO: O DIREITO DE CONHECER A
ORIGEM BIOLÓGICA FRENTE O MERCADO INTERNACIONAL DE
GAMETAS E EMBRIÕES HUMANOS.**

**PERSONAL IDENTITY IN QUESTION: THE OFFSPRING RIGHT TO KNOW
THEIR BIOLOGICAL ORIGIN CONSIDERING THE INTERNACIONAL
MARKET OF HUMAN'S GAMETES AND EMBRYOS.**

Lucia Helena Ouvernei Braz de Matos

Litiane Motta Marins Araujo

RESUMO

O direito ao conhecimento da origem biológica tem o seu fundamento na dignidade humana, cláusula geral da personalidade, e já está previsto em nosso ordenamento jurídico para os adotados, através da lei 12.010/2009. Todavia, existe um debate sobre a possibilidade de se conferir este direito às crianças concebidas através das técnicas de reprodução assistida heteróloga com gametas ou embriões doados, face ao entendimento que a identidade dos doadores de gametas ou embriões deve ser mantida no anonimato, podendo ser revelada, somente, em caso de necessidade médica. Para o ordenamento jurídico tem sido um desafio identificar um mecanismos de compatibilização entre os direitos e normas técnicas, principalmente em face do deslocamento de brasileiros para o exterior a procura de gametas ou embriões doados por estrangeiros. Assim, em face da dinamicidade do mercado das técnicas de reprodução assistida humana, as autoras findam por reconhecer ser um desafio para o ordenamento jurídico garantir a todas as crianças concebidas com gametas ou embriões de doadores o direito de conhecerem a sua origem biológica.

**PALAVRAS-CHAVE: IDENTIDADE; ORIGEM BIOLÓGICA; DOAÇÃO
INTERNACIONAL DE GAMETAS**

ABSTRACT

The right to know the biological origin has its basis in human dignity, the general personality rule, and is already laid down in the law 12.010/2009 for a adopted children. Nevertheless, there is a debate about the possibility of conferring this right to donor-conceived children, considering the understanding that the identity of the gametes

and embryo donors must be kept anonymous, and disclose only in cases of medical necessity. For the legal system has been a challenge identify a mechanisms that match rights and technical standards, especially considering the movement of brazilians to another country to get foreigner donor's gametes or embryos. Thus, in view of the dynamism of the assisted human reproduction market, the author ended up recognizing that is a challenge to legal system ensure to donor-conceived children the right to know their biological origin, besides the personality rights.

KEYWORDS: IDENTITY; BIOLOGICAL ORIGIN; INTERNATIONAL GAMETES DONATION

Introdução

O direito ao conhecimento da origem biológica, direito personalíssimo, que tem por fundamento normativo a dignidade da pessoa humana, se destaca como o direito de toda pessoa saber sobre sua ancestralidade, sua etnia, sua genética, de conhecer a história de seus ascendentes (OTERO,1999, p.63-81), sem vínculo com o estado de filiação(LOBO, 2004, p. 53), quando este já tenha sido estabelecido de outro modo como na adoção, na reprodução assistida heteróloga ou posse de estado.

Muito embora este direito já possa ser exercido pelo adotados, conforme disposto no artigo 48 da lei 8.069/90, cuja redação foi alterada pela lei 12.010/2009, para as crianças concebidas através da inseminação artificial heteróloga tal direito parece longe de ser efetivado, não só por falta de proteção expressa, mas principalmente pela dinamicidade do mercado internacional das técnicas de reprodução assistida.

No Brasil, verifica-se que o objetivo das normas técnicas existentes, bem como dos projetos de lei, é de regulamentar o conhecimento científico e disseminar seus valores, vez que estes limitam o direito ao conhecimento da origem genética aos casos de preservação da vida e manutenção da saúde, em prol do anonimato dos doadores e da segurança jurídica, o que vem suscitando no meio jurídico grande debate.

Inobstante esta discussão, o Estado tem como desafio, não apenas identificar mecanismos de compatibilização entre lei e normas técnicas, mas também criar meios que possibilitem a efetivação deste direito.

O Brasil recentemente, através da RDC 23/2011 da ANVISA, passou a exigir dos Bancos de Células e Tecidos Germinativos (BCTGS) um cadastro com a identificação dos pacientes e dos doadores, bem como o acompanhamento das

gestações, o que possibilitará, quando vindicado pela parte interessada, o acesso às informações do doador ou da pessoa concebida. Apesar deste avanço, um fenômeno social, associado a globalização e a dinamicidade do mercado das técnicas de reprodução assistida, conhecido como CBRC, representa um desafio para a garantia deste direito.

O CRBC - Cross-Border Reproductive Care - consiste no fenômeno de deslocamento de pessoas, de técnicas, de capital e de tecidos entre fronteiras para o tratamento da infertilidade, sendo mais comum o movimento de pessoas de um país para o outro, ou até, de uma unidade federativa para outra. Por meio dele, o indivíduo ou casal que deseja ter filhos mediante o uso de uma das técnicas de Reprodução Assistida Humana pode importar gametas ou embriões, ou se deslocar a outro país, onde o anonimato do doador é um direito absoluto, para fazer uso destas técnicas com material genético doado.

A importação de Gametas e Embriões já é reconhecida pelo Brasil através da RDC 81/2008 da ANVISA, a qual, muito embora faça inúmeras exigências, não solicita as informações pessoais do doador para cadastro, tampouco restringe à importação deste material genético aos países cujas legislação também protejam o direito de identidade dos concebidos através da doação de gametas ou embriões.

Diante desta realidade global, o grande problema para o ordenamento jurídico não se refere apenas ao reconhecimento expresso do direito ao conhecimento à origem biológica das crianças concebidas através da inseminação artificial heteróloga, mas sim em como fazer com que se tornem efetivas as normas relacionadas a este direito.

Assim, o presente estudo tem por objetivo abordar os elementos normativos e teóricos que constituem a base reflexiva do direito ao conhecimento da origem biológica, bem como demonstrar as implicações que a adoção de gametas ou embriões estrangeiros podem trazer ao exercício do direito da identidade pessoal das pessoas concebidas através reprodução assistida heteróloga.

1. A Personalidade, o princípio da Dignidade Humana e os direitos da personalidade

A personalidade humana, deixou de ser entendida apenas como atributo jurídico e um direito, passando a ser considerada como um valor fundamental no ordenamento jurídico, como princípio e um bem que inspira o sistema jurídico (AMARAL, 200 p215), protegido pelo direito geral da personalidade, ou seja, pelo princípio da dignidade da pessoa humana.

Gonçalves(2008, p. 68). define a personalidade como o "conjunto das qualidades e relações que determinam a pessoa em si mesma e em função da participação na ordem do ser, de forma única e singular.

Para Perlingieri (2008, p. 764-765) a personalidade não é um direito, mas um valor, e "está na base de uma série aberta de situações existenciais, nas quais se traduz a sua incessante exigência mutável de tutela". Segundo o autor italiano, o que deve ser tutelado pelo direito da personalidade é valor da pessoa, em sua unidade, tendencialmente ilimitado, encontrando na tutela de interesses de outras personalidades o seu limite.

Assim, como bem assinalado por Beltrão(2005, p. 38), no direito da personalidade, o bem que se pretende defender não se acha fora do ser, nem se situa na realidade do mundo estranho à natureza da pessoa, pois é inerente a própria pessoa, a sua individualidade física e psíquica, a sua experiência de vida moral e social.

Deste modo, a personalidade jurídica deve ser entendida em seus dois sentidos: como possibilidade da pessoa ser sujeito de direitos e obrigações, ou seja, aptidão para desempenhar papéis no mundo jurídico e como valor central do ordenamento jurídico emanado pelo princípio da dignidade, importando no reconhecimento de direitos a pessoa humana como expressão de sua própria existência.

1.1 O princípio da Dignidade da pessoa Humana

O respeito a dignidade humana, tornou-se um comando jurídico, sendo reconhecido expressamente com a Declaração Universal de Direitos Humanos, das Nações Unidas, de 1948, o qual afirma em seu artigo 1º que “ todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Ela encontra-se prevista também na Convenção Americana de Direitos Humanos, chamado Pacto de San Jose da Costa Rica, ratificado pelo Brasil em 1992, sendo uma tendência confirmada nos Estados democráticos de direito que buscam, em seus textos constitucionais, proteger a pessoa humana na sua própria essência.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabeleceu em seu artigo no art.1º, III, que a dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, atribuindo-a *status* de norma diretiva(MORAES, 2010, p.83), norma dever-ser, com caráter jurídico vinculante(BORGES, 2007, p. 15) que alcança todos os setores da ordem jurídica e atua como uma cláusula geral de tutela da personalidade do ser humano(SZANIAWSKI, 2005, p. 143)..

Muito embora tenha sido o cristianismo o primeiro a conceber a idéia de uma dignidade pessoal atribuída a cada indivíduo, não se pode falar do princípio da dignidade como valor intrínseco da pessoa humana sem citar o pensamento do filósofo Immanuel Kant.

Kant em *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*(2009, p.65), diz que o homem, como todo ser racional,

"*existe* como fim em si mesmo, não só *como meio* para o uso arbitrário desta ou daquela vontade. Pelo contrário, em todas as suas acções, tanto nas que se dirigem a ele mesmo como nas que se dirigem// a outros seres racionais, ele tem sempre de ser considerado *simultaneamente como fim*. Todos os objetos de inclinações têm somente um valor condicional, pois, se não existissem as inclinações e as necessidades que nelas se baseiam, o seu objecto seria sem valor. As próprias inclinações, porém, como fonte das necessidades, estão tão longe de ter um valor absoluto que as torne desejáveis em si mesmas, que, pelo contrário, o desejo universal de todos os seres racionais deve ser o de se libertar totalmente delas. Portanto, o valor de todos os objetos que possamos *adquirir* pelas nossas acções é sempre condicional. Os seres cuja existência depende, não em verdade de nossa vontade, mas da natureza, tem contudo, se são seres irracionais, apenas um valor relativo como meios e por isso se chamam *coisas*, ao passo que os seres racionais se chamam *pessoas*, porque a sua natureza os distingue já como fins em si mesmos, quer dizer como algo que não pode ser empregado como simples meio e que, por conseguinte, limita nessa medida todo o arbítrio. "

Segundo o pensamento de Kant o ser humano, pessoa, deve ser sempre tomado como um fim em si mesmo, e não apenas como um meio. Ainda que seja tomado como meio, deverá, simultaneamente, ser um fim em si mesmo, não podendo, portanto, ser utilizado como instrumento para a realização do ato de vontade. Para Kant a natureza racional, como um fim em si mesmo, seria a condição que limita a liberdade, ou seja, as acções de cada ser humano.

Kant(2009, p.80) sustenta que aderente ao conceito de que "todo ser racional deve considera-se como legislador universal por todas as máximas da sua vontade" há um conceito mais fecundo que é o do "*Reino dos Fins*." Este reino dos fins, para Kant, seria "uma ligação sistemática de seres racionais por meio de leis objetivas comuns" que têm "em vista a relação destes seres uns com outros como fins e meios." Assim, os seres racionais estariam submetidos a esta lei que "manda que cada um deles jamais se

trate a si mesmo ou aos outros simplesmente como meios, mas sempre simultaneamente como fins em si."

Segundo Kant(2009, p.82), "no reino dos fins tudo tem ou um preço ou uma dignidade". Para ele uma coisa tem um *preço* quando pode ser substituída por outra equivalente ou *dignidade* quando a coisa esta acima de todo o preço e não permite equivalente.

Diz Kant(2009, p. 82) que a moralidade "é a única condição que pode fazer de um ser racional um fim em si mesmo" e um membro legislador do reino dos fins. Assim, para Kant a "moralidade, e a humanidade enquanto capaz de moralidade, são as únicas coisa que tem dignidade".

Assim, o homem, para Kant, tem dignidade, as coisas preço. Isto significaria dizer, em outras palavras, que a pessoa humana não tem equivalente, sendo por sua própria natureza única, insubstituível, indisponível, irredutível e intangível, tendo fim em si mesma, e portanto, ser possuidora de dignidade.

Esta compreensão kantiana de dignidade foi ampliada com o aporte filosófico de Ronald Dworkin.

Na obra *Domínio da Vida, Aborto, Eutanásia e Liberdades Individuais*, Ronald Dworkin(2009) examina a dignidade como aspecto central da importância intrínseca da vida humana. Dworkin(2009, p 337), na análise de temas difíceis e polêmicos, como o aborto, eutanásia e demência, diz que

"o direito de uma pessoa a ser tratada com dignidade é o direito a que os outros reconheçam seus verdadeiro interesses críticos; que reconheçam que ela é o tipo de criatura cuja posição moral torna intrínseca e objetivamente importante o modo como sua vida transcorre."

Para Dworkin(2009, p.339), este raciocínio proporciona um leitura útil do princípio kantiano no qual as pessoas devem ser tratadas como um fim em si mesmo. Para Dworkin as pessoas não podem ser colocadas em desvantagem de modo a oferecer vantagem a outras, tampouco serem tratadas de maneira que se negue a importância de suas vidas. Neste diapasão, no pensamento de Dworkin, o que deve ser sopesado é a voz ativa da dignidade, ou seja, "a compreensão de que as pessoas se importam, e devem importar-se, com a sua própria dignidade", pois são elas que têm o direito de tomarem suas próprias decisões acerca de sua vida e o dever de tomá-las da melhor maneira possível, de modo a otimizar a sua existência enquanto ser humano. Para

Dworkin(2009, p. 342) o centro da dignidade ativa é o direito de liberdade de consciência, que pressupõe uma responsabilidade pessoal de reflexão.

Diante destes postulados filosóficos, que nortearam o conceito da dignidade como valor intrínseco às pessoas, tem-se que o ser humano jamais deve ser visto, ou tratado, como um meio para atingir outras finalidades, mas sempre ser considerado como um fim em si mesmo, bem como ter suas decisões respeitadas, desde que feitas de forma consciente e responsável.

O professor Sarlet(2012, p.67) ao conceituar a dignidade da pessoa humana, diz que:

"[...] temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que asseguram a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos".

Como bem enfatiza por Borges(2007, p. 15-19), a dignidade não tem conteúdo determinado pelo direito, dependendo das circunstâncias sociais e do próprio sentimento que cada pessoa, concretamente considerada, tem a respeito de si mesma no contexto de seu desenvolvimento social e moral. Por este motivo, como ilustra Sarlet (2007, p. 374), é possível haver situações que, para determinada pessoa não são consideradas ofensivas à sua dignidade, enquanto que para outras, trata-se de violação ao núcleo essencial da dignidade da pessoa. Para Dworkin(2003, p.334) toda sociedade civilizada tem padrões e convenções que definem o que seria um tratamento indigno, e que estes padrões variam conforme o lugar e a época em que se manifestam. De igual modo Santos(1997, p. 19-23)sustenta que toda cultura possui uma concepção sobre dignidade humana, embora nem todos a concebam nos termos de direitos humanos, motivo pelo qual entende que deve ser estabelecido um diálogo intercultural, para uma troca de cultura e saberes, de modo a ampliar ao máximo a consciência da incompletude mútua de diversas culturas.

Assim, como observa Fachin(2008, p. 6), o direito brasileiro passou "a ter como fim último a proteção da pessoa humana como instrumento para seu pleno desenvolvimento", atuando o direito da dignidade da pessoa humana como uma

cláusula geral de tutela e promoção da personalidade em suas mais diversas manifestações(MORAES, 2010, p.128).

1.2 Os direitos da personalidade

Os direitos da personalidade visam proteger à essência da pessoa humana, as suas principais características e sentimentos, o valor absoluto da pessoa humana. São direitos próprios do ser humano, da condição de ser humano, da personalidade humana. Eles protegem o que é próprio da pessoa humana considerada em si mesma, como a vida, a integridade física, a intimidade, a privacidade, a liberdade, a honra, o nome etc

O objeto dos direitos de personalidade, são "bens e valores considerados essenciais para o ser humano"; bens de maior valor jurídico, sem os quais outros bens não têm valor; bens que constituem a categoria do ser e não do ter.(BORGES, 2007, pp. 20-21).

O Código Civil de 2002 concedeu aos direitos da personalidade parcial disciplina legislativa, tanto para os elementos que o constituem sua estrutura, quanto em relação à enumeração dos direitos a que se refere, vez que os direitos da personalidade são mais numerosos do que aqueles que o legislador preocupou-se em disciplinar nos 11 artigos que decidiu ao tema (BELTRÃO, 2005, 38-39).

Como tutelado é o valor da pessoa humana e sua essência, nenhuma previsão especial poderia ser exaustiva (PERLINGIERI, 2008, p.765), posto que assim algumas manifestações existenciais da pessoa ficariam sem proteção. Para Sousa(1993,p. 152), também não parece apropriado fazer uma enumeração completa e taxativa dos objetos de tutela, dado o caráter ilimitado, solidário e desconhecido dos bens integrantes na natureza humana.

Perlingieri(2008, p.763) diz que nos direitos de personalidade o problema é unitário, uma vez que a pessoa representa, ao mesmo tempo, as categorias sujeito e objeto, devendo, assim, o direito da personalidade ser também unitário. Por isso, o ordenamento deve reconhecer uma cláusula geral a consagrar a proteção integral da pessoa humana (MORAES, 2010, p. 127), de modo que seu conteúdo não seja resumido aos direitos tipicamente previstos, mas estendido a tutela de situações atípicas, bem como a todas as manifestações e exigências da pessoa, fundadas no interesse à existência e no livre desenvolvimento da personalidade.

Assim, a tipificação encontrada no Código Civil de 2002 não encerra uma proteção total da pessoa humana, sendo necessário a sua interpretação como especificação analítica da cláusula geral de tutela à personalidade prevista na

Constituição Federal de 1988 nos arts.1º, III (princípio da dignidade), 3º (princípio da igualdade substancial) e 5º, §2º (direitos fundamentais)(TEPEDINO, 2007, p. XXI e XXII).

Neste contexto, conclui-se que os direitos da personalidade tem por fundamento o princípio da dignidade humana, cláusula geral de tutela de todos os direitos que da personalidade, e têm por finalidade proteger os valores inatos ao homem, ou seja, as características mais importantes da personalidade da pessoa humana, tais como a vida, a integridade psicofísica, a intimidade, a honra, a identidade, motivo pelo qual qualquer aspecto ou interesse essencial para o pleno e livre desenvolvimento da personalidade deve ser tutelado, mesmo fora do rol dos direitos subjetivos previstos no Código Civil.”

2. O DIREITO A IDENTIDADE E ORIGEM BIOLÓGICA

2.1 A Identidade

Segundo o sociólogo Jean-Claude Kaufmann(2004, p. 151/152) o conceito de identidade é essencial à modernidade quando o indivíduo, em face da diferenciação proporcionada pela divisão do trabalho, deixou de ser visto apenas como parte de um coletivo, passando a ser considerado em sua individualidade e tomado como um fim em si mesmo.

Esta apresentação dos membros da sociedade como indivíduos é, para o sociólogo Zygmunt Bauman (2001, p.39-41), a marca da modernidade que substituiu a determinação heteronoma(imposta) da posição social pela autodeterminação compulsiva e obrigatória.

Segundo Bauman(2001, p. 41) nos primórdios da modernidade a auto-identificação se resumia ao desafio de conformar-se ativamente aos emergentes tipos sociais de classe que substituíram os estamentos. Ao passar do tempo a identificação passou a ser um objetivo de pertencimento fabricado, o pertencimento a determinada coletividade/comunidade que deveria ser buscado e continuamente renovado, reconfirmado e testado na conduta diária do indivíduo.

Bauman(2001, p.39) diz que a individualização se tornou uma atividade "reencenada diariamente", transformando a identidade humana de um "dado" em uma "tarefa"de autodeterminação; traz para cada pessoa uma liberdade sem precedentes de experimentar, como também a tarefa de enfrentar as consequências destas escolhas ". Para Bauman(2005, p.35), a essência da identidade é constituída pelos vínculos que

conectam o eu a outras pessoas, pois nós, seres humanos, dependemos de relacionamentos para que possamos definirmos à nós mesmo.

Neste contexto, Anthony Giddens (2002, p.37) o indivíduo procura, no processo da alteração de seu eu, conectar mudanças pessoais e sociais como elemento para construção de sua identidade.

A construção da identidade pessoal não é um processo mecânico ou fixo, ela está em constante movimento, sendo a todo momento negociada, pois não é um produto só da sociedade, mas também do próprio indivíduo sobre ele mesmo e do seu diálogo com o outro e com o mundo, pois conforme afirmado por Taylor(2000. p. 246), "definimos nossa identidade sempre em diálogo com as coisas que nossos outros significativos desejam ver em nós- e por vezes em luta contra essas coisas."

Para Capelo(2011, p.244), a identidade é um bem jurídico que torna o indivíduo "portador de uma unidade diferenciada, original e irrepitível, oponível externamente, na qual se aglutinam, se complementam e se projectam, indentificando-se, todos os seus múltiplos elementos e expressões."

Moraes(1974, p.73) diz que " a identidade constitui valor jurídico necessário e essencial à pessoa, na ordem do direito, alto valor, posto acima das contingências da lei positiva, porque envolve e delimita a própria personalidade".

Neste sentido, para a construção da identidade, como diz Choeri (2010, 22-23) o indivíduo não precisa ter apenas a consciência do conjunto de sensações que lhe atribuem materialidade existencial, ou seja, corpo próprio, diferente dos demais, só seu, ele, indivíduo, deve, sobretudo, se reconhecer pelo olhar do outro, fazendo-se uma unidade na coletividade, expressando "quem de fato é", ou seja, a verdade pessoal que se refere "*à verdade demonstrável, objetiva, afirmada, existencial e coexistencial*".

A identidade da pessoa, segundo Choeri(2010, 163), contempla duas dimensões, uma de natureza estática e outra de natureza dinâmica.

A dimensão estática engloba os elementos que respondem pela materialidade da identidade, de visibilidade imediata e duradoura, embora passíveis, em certas situações, de mudança, como o direito ao nome, à identificação biofísica, à imagem retrato, os elementos informativos do status jurídico, como estado civil, estado familiar, estado político, etc.

Já dimensão dinâmica da identidade refere-se aos elementos que distinguem a pessoa das demais, podendo ser modificados e renovadas com o interagir social na busca da realização do projeto social, tais como a verdade biográfica, estilo individual e

social, historicidade da pessoa, ideologia, pela forma de pertencer a um determinado grupo etc.

Para Otero(1999,p 63-81), a identidade pessoal compreende duas diferentes dimensões: absoluta ou individual e relativa ou relacional.

A dimensão absoluta ou individual, tem como sentido de que "cada pessoa tem uma identidade definida por si própria, expressão de caráter único, indivisível e irrepitível de cada ser humano; cada pessoa humana é, por isso uma realidade singular".

A dimensão relativa ou relacional, seria aquela na qual "cada pessoa tem a sua identidade igualmente definida em função de uma memória familiar conferida pelos seus antepassados", podendo se falar em um direito à historicidade pessoal.

Assim, pode-se dizer que a identidade pessoal seria o conjunto de características que torna o indivíduo, singular, impar, único, que se iniciam desde a concepção, a partir da união dos gametas, e se desenvolvem após o nascimento com vida até a sua morte, constituindo-se não só de elementos de identificação, tais como nome, sobrenome, impressões digitais, DNA, imagem retrato, como também do interagir social, das relações e experiências vividas consigo mesmo, com os outros, com a natureza, com o mundo.

2.2 O direito de identidade

O direito de identidade, segundo Szaniawski (2005, p.164), é um um direito especial de personalidade que "se manifesta, quase sempre, como consequência do exercício do direito à autodeterminação pessoal", direito que segundo Szaniawski(2005, p.161) consiste

"no poder que todo o ser humano possui de autodeterminar-se, isto é, um poder que todo o ser humano possui de decidir, por si mesmo, o que é melhor para si, no sentido de sua evolução e da formação de seu próprio tipo de personalidade. É a capacidade genérica de entender, querer e vivenciar seu comportamento e de autogoverno, ao completar a maior idade civil."

Szaniawski (2005, p.165) diz, ainda, que a identidade não só indentifica o indivíduo para si mesmo, mas também para o outro, constituindo um direito de exigir de terceiros o reconhecimento de sua individualidade distinta das demais individualidades.

O direito da identidade humana, assim, deve tutelar todas características que diferenciam o indivíduo, que o tornam único, singular e irrepitível. Para Sousa(2011, p. 244/250) o direito da identidade deve situar o homem no centro autônomo de interesses,

reconhecendo-lhe o seu particular modo de ser e de se afirmar, impondo aos outros o reconhecimento da sua identidade; deve incidir sobre tudo que individualiza a pessoa.

Para Sousa(2011, p.246), o direito de identidade deve incidir " sobre a configuração somático-psíquica de cada indivíduo, sobre sua imagem física, sua voz, sua escrita e seu retrato moral"; como também

"sobre os termos da inserção sócio-ambiental de cada homem, *maxime*, sobre a sua imagem de vida, a sua história pessoal, o seu decoro, a sua reputação ou bom nome, o seu crédito, a sua identidade sexual, familiar, racial, linguística, política, religiosa e cultural. Finalmente, no bem da identidade podem enlobar-se ainda os próprios sociais de identificação humana, quer principais, como o nome e o pseudônimo, quer acessórios, como a filiação reconhecida, o estado civil, a naturalidade e o domicílio."

Em nosso ordenamento jurídico o direito a identidade pessoal não foi consagrado expressamente no texto constitucional, tampouco no Código Civil de 2002, cuja proposta legislativa, segundo Szaniawski(2005, p.189) deveria ter sido ampla, estendendo-se aos demais elementos identificadores da pessoa, além do nome, pseudônimo e direito de imagem.

Todavia, por ser a identidade pessoal uma expressão da personalidade humana, ou seja, um atributo essencial da pessoa, o direito a identidade pessoal terá como fundamento de tutela o princípio da dignidade da pessoa humana, consagrada no artigo 1.º, inciso III, Constituição Federal de 1988, a qual, tem em nosso ordenamento jurídico o *status* de norma diretiva, atuando como cláusula geral de tutela e promoção da personalidade, em todas suas manifestações.

2.3 - O direito ao conhecimento da origem biológica

Cada ser humano é único no meio de seus semelhantes que, por sua vez, são diferentes entre si. A identidade biológica é um termo utilizado para caracterizar a mesma constituição genética entre dois ou mais seres. A origem biológica seria o link biológico entre descendentes e ascendentes.

Assim, o direito de conhecer a origem biológica não seria apenas o direito de cada pessoa conhecer a sua ancestralidade e sua genética, mas também o direito de saber a sua própria história, sua etnia, a memória familiar dos seus antepassados de modo a fechar o ciclo do seu autoconhecimento e prevenir e combater doenças.

O direito a origem biológica foi primeiramente trabalhado nas ações de Investigação de Paternidade, com o fito de estabelecer a filiação biológica. Inicialmente

os Tribunais serviam dos instrumentos oferecidos pela ciência para investigar a ascendência biológica. Primeiro utilizaram os testes de grupos sanguíneos ABO, MN, RH, passando depois para o sistema HLA, até chegar a utilização do exame de DNA (GOMES, 2009, p.363). Foi com a descoberta da estrutura tridimensional da molécula de DNA que a verdade biológica deixou de ser constituída por meio de uma equação de probabilidade, passando a ser confirmada com certeza e estabilidade (GOMES, 2009, p.363).

O marco histórico do reconhecimento do direito ao conhecimento das origens genéticas como um direito fundamental suportado pela dignidade da pessoa humana e uma subespécie do direito geral de personalidade, segundo Reis(2008, p.37-42), foi um acórdão proferido pelo Tribunal Constitucional Alemão, em 31/1/1989, em uma ação de impugnação de paternidade estabelecida por presunção marital. Apesar do caso concreto não ter se enquadrado nas hipóteses previstas no BGB, o Tribunal Constitucional Alemão concluiu que o direito geral de personalidade conjugado com o da dignidade da pessoa humana abrange o direito ao conhecimento das origens biológicas, deferindo ao autor daquela ação não só o conhecimento de sua origem, bem como a alteração de seu registro.

No Brasil, o Superior Tribunal de Justiça, no REsp 833712/RS de 17/05/2007, publicado no DJ de 04/06/2007, reconheceu o direito ao conhecimento da origem genética, com fundamento no princípio da dignidade humana, em uma ação de investigação de paternidade de pessoa "adotada à brasileira", reconhecendo o Superior Tribunal de Justiça a paternidade biológica da recorrente.

Para Gomes(2009, p.379) "a difusão dos testes de DNA e sua aplicação ao campo da filiação", consolidou direito ao conhecimento a origem biológica ou o direito de conhecer a historicidade pessoal.

Para Lôbo(2004, p.48) os Tribunais confundem o estado de filiação com origem genética em virtude do fascínio exercido pelos avanços científicos em torno do DNA, posto que a Constituição Federal de 1988 abrigou o estado de filiação de qualquer natureza.

Ocorre que no direito, a verdade biológica foi, até pouco tempo, adotada como fundamento da filiação jurídica, e convertida na verdade real da filiação em face de fatores históricos, religiosos e ideológicos oriundos da concepção hegemônica da família patriarcal, matrimonializada, bem como da delimitação jurídica da legitimidade da filiação à origem matrimonial, em face da classificação de filhos legítimos, fruto natural do casal unido pelo casamento, e ilegítimos, filhos incestuosos e

adulterinos(LÔBO, 2004, p. 47) . Na realidade, a identidade de filiação era reflexo da origem matrimonial dos genitores e não da origem biológica.

Ao longo do século XX, a legislação foi ampliando o círculo de inclusão dos filhos ilegítimo, vindo a desaparecer esta classificação com a Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 227, §6º, proibiu qualquer designação discriminatória relativa à filiação, o que foi reproduzido no artigo 1.596 do código Civil. Desta forma, consolidada foi, em nosso sistema jurídico, a igualdade de direitos de todos os filhos, não mais importando a sua origem(LÔBO, 2004, P. 47).

Assim, para o estado de filiação a origem biológica foi perdendo importância, passando a ser relativizada frente a convivência familiar e o afeto, novos elementos legitimadores da filiação. Assim, o Estado de filiação é gênero do qual são espécies a filiação biológica e a filiação não biológica

Hoje, em face da mudança da legitimidade da filiação para o campo da afetividade e do social, a verdade biológica nem sempre traduz a verdade real da filiação. Por este motivo, Lôbo (2004, p. 53) entende que se deve repelir qualquer entendimento que reduza a verdade real da filiação à verdade biológica, bem como confunda os dois institutos.

Como se verifica o direito a origem biológica não pode ser confundido com o estado de filiação, pois este é "decorrente da estabilidade dos laços de afetividade construídos no cotidiano de pai e filho." Segundo Lôbo (2004, p. 53)

"Para garantir a tutela do direito da personalidade, não é necessário investigar a paternidade. O objeto da tutela do direito ao conhecimento da origem genética é a garantia do direito da personalidade, na espécie, do direito a vida." (...) "Não há necessidade de atribuição da paternidade para o exercício do direito da personalidade de conhecer, por exemplo, os ascendentes biológicos paternos do que foi gerado por doador anônimo de sêmen, ou do que foi adotado, ou concebido por inseminação artificial heteróloga".

Lôbo(2003, p. 54) diz, ainda, que a origem biológica não pode servir de base para novo estado de filiação e que ela só tem relevância para o Direito de Família quando a pessoa não tenha um estado de filiação definido ou quando este incorrer em erro ou falsidade.

Neste sentido, foi consagrado o direito a origem biológica em nosso ordenamento, através da lei 12.010 de 2009 que trata da adoção, a qual alterou a redação

do artigo 48 da lei 8.069/90, ao adotado que completar 18 (dezoito) anos de idade conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo de adoção, sem contudo restabelecer os vínculos jurídicos com os genitores, consolidando-se o entendimento de que o direito ao conhecimento a origem biológica é um direito de personalidade não podendo ser confundido com o estado de filiação.

3. O DIREITO A ORIGEM BIOLÓGICA DOS CONCEBIDOS ATRAVÉS DA TÉCNICA DE REPRODUÇÃO HUMANA HETEROLÓGA NA SOCIEDADE GLOBAL.

As novas técnicas de reprodução medicamente assistida desassociaram a procriação humana do sexo, bem como o processo de gestação da natureza. Através delas é possível o início do processo reprodutivo fora do corpo, com a união, não natural, de gametas femininos(oócitos) e masculinos(espermatozóides) das partes titulares do projeto parental ou de doadores, bem como o "deslocamento" do útero na chamada gestação em substituição. Estas técnicas permitiram novas experiências sociais sobre família e filiação, produziram novos valores, novas formas de obter o material reprodutivo, nova dinâmica na gestação, novos protocolos, bem como constantes questionamentos.

No Brasil não há lei específica sobre o assunto. O Código Civil de 2002, em face da alta especificidade técnica do assunto, tratou a matéria de forma pontual em seu artigo 1.597, incisos III e V, no que se refere apenas a presunção de filiação dos indivíduos concebidos, na constância do casamento, através da técnica de Reprodução Humana Assistida Heteróloga.

A matéria tem sido dirigida pelo Conselho Federal de Medicina, atualmente pela Resolução 2.013/2013, norma de aspecto formal, que dotou de autoridade necessária para nortear a utilização dos métodos artificiais de procriação, dispondo, dentre outros pontos: o sigilo da identificação dos doadores de gametas e embriões quando da adoção da técnica heteróloga, cujas informações só podem ser fornecidas exclusivamente para médicos e por motivação médica.

O Brasil recentemente, através da RDC 23/2011 da ANVISA, passou a exigir dos Bancos de Células e Tecidos Germinativos (BCTGS) um cadastro com a identificação dos pacientes e dos doadores, bem como o acompanhamento das gestações, o que possibilitará, quando vindicado pela parte interessada, o acesso às informações do doador ou da pessoa concebida e, por via de consequência, viabilizará,

para as pessoas concebidas com material genético, o conhecimento de sua origem biológica, desde que as informações e a identidade do doador constem nestes bancos de dados.

Como se verifica o objetivo das normas técnicas existentes é de regulamentar o conhecimento científico e disseminar seus valores, vez que limitam o direito ao conhecimento da origem genética aos casos de preservação da vida e manutenção da saúde, em prol do anonimato dos doadores, sob o fundamento de que a identificação dos mesmos desincentivaria a doação de material genético. Como se vê, a postura adotada é totalmente utilitarista.

Para as crianças concebidas através da inseminação artificial heteróloga tal direito parece longe de ser efetivado, posto que esta omissão em disciplinar a questão em consonância com os direitos da personalidade, revela, de acordo com Otero(1999, 27), um comprometimento político e axiológico, que resulta na coisificação da criança concebida através da técnica de reprodução humana assistida heteróloga, que não está sendo tratada com um fim em si mesmo, mas como um meio para satisfação do projeto parental e como produto do mercado da reprodução assistida humana..

Inobstante a isto, um fenômeno social, associado a globalização e a dinamicidade do mercado das técnicas de reprodução assistida, conhecido como CBRC, representa um novo desafio para a garantia deste direito.

A Globalização, segundo Santos(1997, p. 14), pode ser designada por conjuntos diferenciados de relações sociais que dão origem a diferentes fenômenos de globalização que 'envolvem conflitos e, por isso, vencedores e vencidos'. Para este autor a globalização é 'o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival'.

Uma das formas de produção de globalização é o globalismo localizado que, segundo Santos(1997, p. 16) consiste 'no impacto de práticas e imperativos transnacionais nas condições locais, as quais são desestruturadas e reestruturadas de modo a responder os imperativos transnacionais'.

Uma das transformações associada à globalização é a compressão espaço-tempo que tornou o mundo mais interconectado (HALL, 1992, p. 67), através de uma infra-estrutura física de telecomunicações em tempo real (SANTOS, 2002, p. 41), que faz com que os fenômenos se acelerem e se difundam pelo globo(SANTOS, 1997, p. 15).

Seguindo o trilha da globalização, deste mundo conectado em tempo real, surgiu o fenômeno social denominado Cross-Border Reproductive Care - CBRC (INHORN, 2011; P.668), também conhecido como "turismo reprodutivo" (PENNING, 2002; SPAR, 2005) ou "turismo da fertilidade" (IKEMOTO, 2009: P. 277). O CRBC consiste no fenômeno de deslocamento de pessoas, de técnicas, de capital e de tecidos entre fronteiras para o tratamento da infertilidade, sendo mais comum o movimento de pessoas de um país para o outro, ou até, de uma unidade federativa para outra.

Segundo Pennings (2002, p. 338), as causas do CBRC são diversas, tais como:

- Heterogeneidade de regras (legislativas, éticas ou religiosas) em diversos países;
- Impedimento, em alguns países, ao uso da técnica em função do sexo, idade e estado civil do interessado;
- Alto custo do procedimento no país ou estado de origem;
- Longa espera ou falta de doadores de gametas no país ou estado de origem;
- Qualidade e maiores recursos oferecidos;
- Sucesso do tratamento;
- Experiência dos médicos e utilização de novas técnicas;
- Privacidade dos interessados;

Ikemoto (2009, p. 277) acrescenta a esta lista a facilidade do envolvimento de terceira parte no processo reprodutivo como os doadores de gametas e a contratação de mulheres para a gravidez em substituição, como ocorre na Índia.

De acordo com Ikemoto (2009, p. 287) o CRBC fez surgir um mercado global de reprodução humana, formado não apenas por médicos, hospitais, clínicas, banco de gametas que fazem alianças estratégicas, bem como se associam, e, ainda, formam grupos transnacionais, como a Nordica's IVF Clinicsⁱ que opera na Dinamarca, Lituânia, Nigéria, Uganda e África do Sul ou a Equipo IVIⁱⁱ com 23 clínicas em países, como Espanha, Portugal, México, Argentina, Chile, Panamá, Índia e Brasil (Salvador e São Paulo)ⁱⁱⁱ.

De acordo com matéria veiculada na BBC, muitas brasileiras que optam pela "ovodoação" são encaminhadas por seus médicos a Espanha, vez que lá o tempo de espera para receber as doações é de um mês enquanto no Brasil leva cerca 12 meses.^{iv} O mesmo ocorre com o sêmen.

Várias clínicas no Brasil oferecem o serviço de importação de sêmen de bancos internacionais, como a clínica IPGO^v. De acordo com o RDC 81/2008 a

importação de sêmem, de tecido ovariano e testicular de doadores e pré-embriões dos próprios genitores é permitida no Brasil, desde que a clínica responsável pelo procedimento ou armazenamento no Brasil encaminhe à Gerência Geral de Sangue, outros Tecidos, Células e Órgãos - CGSTO/ANVISA^{vi} - sua solicitação com as seguintes informações:

- 1) Identificação e endereço completo da instituição fornecedora que processou o material a ser importado;
- 2) Data de coleta do material;
- 3) Tipo de processamento realizado;
- 4) Identificação da receptora, do casal receptor, com nome, RG e CPF;
- 5) Justificativa da importação;
- 6) Condições de armazenamento e de acondicionamento, e recomendações complementares relacionadas à sua integridade e qualidade, até o momento de sua utilização;
- 7) documento da instituição de origem contendo os resultados dos exames clínicos, sorológicos, microbiológicos e genéticos realizados, para a avaliação de risco de transmissão de doenças;
- 8) Documento da instituição fornecedora contendo os dados fenotípicos do doador;
- 9) Documento comprobatório da ausência de células ou tecidos germinativos disponíveis no país, emitido por pessoas jurídicas idôneas de no mínimo 3 (três) BCTG instalados no país.

Ressalta-se que no caso de importação de gametas não são solicitadas as informações pessoais do doador para cadastro, tampouco é observado se o material genético provém de países que consideram o anonimato do doador um direito absoluto, o que tornará impossível a identificação destes doadores, mesmo por necessidade médica do receptor.

Ademais, ainda existe um grupo de brasileiros que se desloca para outros países para fazerem o tratamento de reprodução humana assistida com a utilização de material genético doado por estrangeiros, movimento este totalmente sem controle do Estado.

Storow(2010) diz que a diversidade de perspectivas no que se refere à reprodução assistida representa um desafio para os Estados democráticos definirem o que e como a RA deve ser regulada, pois não se atentam aos aspectos éticos e a finalidade das técnicas de RA.

Para Bauman (2013), esta posição dos Estados se caracteriza pelo "divórcio" entre o poder (a habilidade de fazer) e a política (a habilidade de decidir sobre o que precisa ser feito). Para Bauman(2013) o Estado está em deficit de poder, pois conduz a vida em sociedade sob a pressão de poderes globais difusos que não têm um centro definido.

4.CONCLUSÃO

Muito embora as tecnologias de reprodução humana já estejam consolidadas, pouco se debate no Brasil sobre o fenômeno do CBRC, bem como suas consequências sociais e jurídicas. Ocorre que este fenômeno social tem provocado debates em torno da posição dos Estados, bem como sobre a viabilidade de uma política internacional, não só com intuito de diminuir o movimento, mas, principalmente, para impedir práticas irracionais e a violação de direitos universais e da dignidade humana.

Partindo das construções de Kant e Dworkin, verificamos que a pessoa humana não deve ser considerada como um meio, mas como um fim em si mesma; não pode ser colocada em desvantagem de modo a oferecer vantagem a outras pessoas, tampouco ser tratada de maneira que se negue a importância de sua vida, bem como a sua liberdade de consciência, posto que só a ela deve tomar decisões sobre sua própria vida.

Partindo do entendimento de que o direito brasileiro passou a ter como fim último a proteção da pessoa humana como instrumento para seu pleno desenvolvimento, atuando o direito da dignidade da pessoa humana como uma cláusula geral de tutela e promoção da personalidade em suas mais diversas manifestações; que o que é tutelado pelos direitos da personalidade é o valor da pessoa humana; que a identidade é um bem jurídico que torna o indivíduo portador de uma unidade diferenciada, original e irrepitível; que a origem biológica é um dado da individualidade física e psíquica da pessoa, bem como de sua história pessoal, relevante não só para sua autocompreensão, mas também para prevenir e combater doenças, verificamos que o direito de conhecer a origem biológica das pessoas concebidas com material genético doado deve ser tutelado e que as previsões normativas existentes hoje são utilitaristas, preocupadas em regular os conhecimentos científicos e, quiçá favorecer o mercado da reprodução assistida humana.

Assim, resta aos juristas, principalmente aos que lidam com os direitos da personalidade, estudarem este fenômeno global e considerar seus impactos em nosso ordenamento jurídico, vez que fragiliza nossos institutos, como ocorre com o direito do conhecimento a origem biológica.

Referências

AMARAL, Francisco. Direito Civil comentado: introdução. 3 Edição. Rio de Janeiro: 2000.

BAUMAN, Zygmunt. *A vida para consumo*. A Transformação das Pessoas em mercadoria. Zahar: 2008.

_____. *Europe Is Trapped Between Power and Politics*, disponível em <http://www.social-europe.eu/2013/05/europe-is-trapped-between-power-and-politics/> ; Acesso em 26/07/2013.

BELTRÃO,S. *Direitos da personalidade de acordo com o novo Código Civil*. Ed. Atlas São Paulo: 2005.

BORGES, R. . *Direitos de Personalidade e Autonomia Privada.*”2ª”. Ed. Saraiva, São Paulo: 2007.

CAPELO DE SOUSA,R. *O Direito Geral da Personalidade*. Ed. Coimbra, Coimbra: 2011.

CHOERI, Raul Cleber da Silva. In: *Direito da Identidade na Perspectiva Civil-Constitucional*. Editora Renovar,Rio de Janeiro: 2010.

DWORKIN, RONALD. *Domínio da vida, Aborto, Eutanásia e Liberdades Individuais*, Ed. Martins Fontes, São Paulo: 2009.

FACHIN, Luiz Edson. *A dignidade da pessoa humana no direito contemporâneo: uma contribuição à crítica da raiz dogmática do neopositivismo constitucionalista*, RTDC, Vol. 35/Jul/Set 2008

GIDDENS, Atony. *As conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Editora UNESP,1991.

GOMES, Orlando. Introdução ao direito civil. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1998.

GONÇALVES, D. *Pessoa e Direitos de Personalidade fundamentação Ontológica da Tutela*. Ed. Almedina, Coimbra: 2008

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na pós- modernidade. Editora DP&A, Rio de Janeiro: 2011.

INHORN, Márcia. "Cross-border Reproductive Care: A Future Research Agenda", in Reproductive BioMedicin online (2010), 23, p. 665-676, disponível no site: <http://www.marciainhorn.com/uploads/inhorn-article-future-research-agenda.pdf> ; acesso em 09/07/2013.

IKEMOTO, Lisa. "Reproductive Tourism: Equality Concerns in the Global Market for Fertility Services". In UC Davis Legal Studies Research Paper Serie, n. 189. 2009. Disponível em <http://ssrn.com/abstract=1462477>.

- KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Tradução de Paulo Quintela. Editora Edições 70, Lisboa: 2009
- LÔBO, Paulo Luiz Netto. *Direito ao Estado de Filiação e Direito à origem genética: uma distinção necessária*. In: CEJ. Brasília. PP. 47- 56 . 2004.
- MORAES, Maria Celina Bodin. *Na Medida da Pessoa Humana*, Ed. Renovar , São Paulo: 2010.
- OTERO, Paulo. *Personalidade e Identidade Pessoal e Genética do ser Humano:Um Perfil Constitucional da Bioética*. Ed. Almeidina, Coimbra: 1999.
- PENNINGS, G. "ESHRE Task Force on Ethics and Law 15: Cross-border reproductive care." In Human Reproduction online, Vol. 23, N. 10, pp. 2182-2184. 2008. Disponível em:
<http://www.eshre.eu/~media/emagic%20files/SIGs/Ethics%20and%20Law/Task%20Forces/Task%20Force%2015.pdf> ; acesso em 06 de agosto de 2013.
- PERLINGIERI, Pietro. *O Direito Civil na Legalidade Constitucional*. Ed. Renovar, Rio de Janeiro: 2008
- REIS, Rafael Luis Vale. *O Direito ao conhecimento das origens geneticas*. Coimbra. Corimbra. 2008.
- REIS, José. "A globalização como metáfora da perplexidade? Os processo geoeconômicos e os "simples" funcionamento dos sistemas complexos." In A Globalização e as Ciências Sociais. Org. por SANTOS, Boa ventura de Cortez Editora, S. São Paulo: 2002.
- RODRIGUES, Rafael Garcia, *Na pessoa e o ser Humano no Código Civil*, in: A Parte Geral do Novo Código Civil, Estudos na Perspectiva Civil-Constitucional. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 2007
- SANTOS, Boaventura de S. *Os processos da Globalização*. In A Globalização e as Ciências Sociais. Org. por SANTOS, Boaventura de S. Cortez Editora, São Paulo: 2002.
- _____. *Por uma concepção multicultural de direitos humanos*. In. Revista Critica de Ciências Sociais. N. 48, pp.11-32. 1997. Disponível em:
http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Concepcao_multicultural_direitos_humanos_RCCS48.PDF ; último acesso em 09/11/2013.
- SARLET, Ingo Wolfgang. *As dimensões da Pessoa Humana: construindo uma compreensão jurídico-constitucional necessária e possível*. In: REvista Brasileira de Direito Constitucional - RBDC. PP 361-388. 2007. Disponível em
http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-09/RBDC-09-361-Ingo_Wolfgang_Sarlet.pdf . Último acesso em 09/12/2013.
- SPAR, Debora. *Reproductive Tourism and the Regulatory Map*. In The New England Journal of Medicine, 352:6, 10 de fevereiro de 2005.
- STOROW, Richard. *Assisted reproduction on treacherous terrain: the legal hazards of cross-border reproductive travel*, In Reproductive BioMedicine Online, volume 23, issue

5, novembro/2011, P. 538-545. Disponível em <http://www.rbmojournal.com/article/S1472-6483%2811%2900412-3/fulltext> ; Acesso em 09 de julho de 2013.

SZANIAWSKI, E. *Direitos de Personalidade e sua Tutela.* "2ª". Ed. Revista dos Tribunais, São Paulo: 2005.

TAYLOR, Charles. *Argumentos Filósofos.* Edições Loyola, São Paulo: 2000.

TEPEDINO, G. *Normas Constitucionais e Direito Civil na Construção Unitária do Ordenamento*, In: A constitucionalização do direito: fundamentos teóricos e aplicações específicas / Cláudio PereiraSouza Neto, Daniel Sarmento, coordenadores. Lúmen Júris, Rio de Janeiro: 2007

ⁱ www.nordica.org/composite-1.htm

ⁱⁱ www.ivi.es/pacientes/

ⁱⁱⁱ www.ivi-fertility.com/en/press/

^{iv}

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/09/120821_turismo_reproducao_espanha_ru.shtml

^v <http://www.ipgo.com.br/banco-de-semen-internacional/>

^{vi} http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/af42f7004745936d9b5cdf3fbc4c6735/importacao_embrioes_semem.pdf?MOD=AJPERES